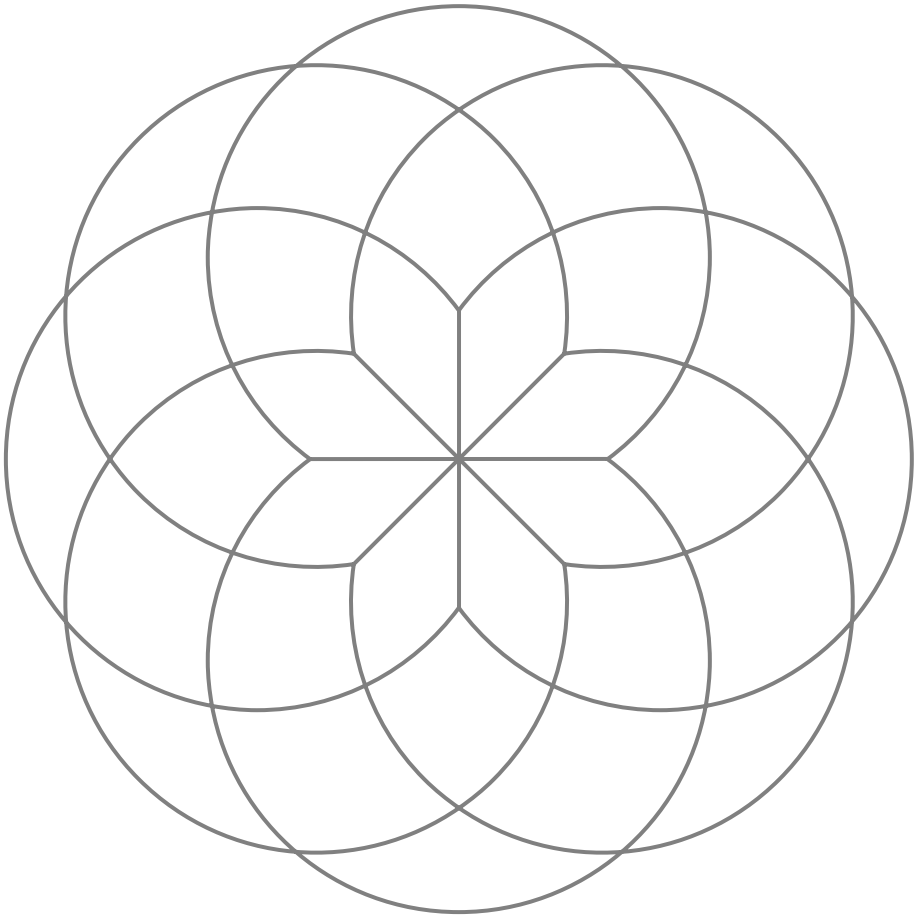
RELATÓRIO E CONTAS

2017

AORP
ASSOCIAÇÃO DE OURIVESARIA E RELOJOARIA DE PORTUGAL



**AORP - ASSOCIAÇÃO DE OURIVESARIA
E RELOJOARIA DE PORTUGAL**

Av. Rodrigues de Freitas, 204 4000-416 Porto
T. +351 225 379 161/2/3, F. +351 225 373 292
geral@aorp.pt www.aorp.pt

CAPA
Fotografia, Frederico Martins

ÍNDICE

04 ESTRUTURA ASSOCIATIVA

06 MENSAGEM DA PRESIDENTE

07 EQUIPA AORP

08 ATIVIDADES AORP

16 CONTAS DE EXERCÍCIO

25 ANEXOS

41 PARECER CONSELHO FISCAL

ESTRUTURA ASSOCIATIVA

	EMPRESA	REPRESENTANTES
DIREÇÃO EFETIVOS	J. Borges de Freitas, Lda.	Ana Freitas
	Ilídio dos Santos Galeiras & C.ªa , Lda	António José Galeiras
	Rui Vieira Joalheiros, S.A.	José Manuel Silva
	Bruno da Rocha, Unip., Lda.	Bruno da Rocha
	Delfim Pires Marinho Alves & Filho, Lda.	Nuno Marinho
SUPLENTES	Ouriv. Martins do Vale Irmão, Lda.	Paulo do Vale
	Marco Cruz Joalheiro, Unip., Lda.	Marco Cruz
	Topázio - Ferreira Marques & Irmão, Lda.	Carla Costa
ASSEMBLEIA GERAL	Manuel Alcino & Filhos, Lda.	Manuel Alcino
	Casimiro Coelho, Ind. e Com. de Joias, Lda	Casimiro Coelho
	J. Monteiro de Sousa & Filhos, Lda.	Joaquim Monteiro
CONSELHO FISCAL	Ouropa - Pedro Rosas, Lda.	José Manuel Marques
	Fernando Rocha Joalheiro, S.A	Fernando Rocha
	Manuel Fernando da Rocha, Unip., Lda.	Nuno Rocha
CONSELHO GERAL	Intemporal – Joias e Relógios, Lda.	Joaquim Novais
	Pink Invasion Joalharia, Lda.	Ângela Lima
	Styliano & Ribeiro, Lda.	Rui Styliano
	TMB, Ind. e Com. de Ourivesaria, Unip., Ld	Tiago Barbosa
	Góris, Ind. e Com. de Ourivesaria, Lda.	Rómulo Silva
	José Cândido Cruz, Lda.	Paulo Cruz
	Soarijoia, Lda.	João Soares
	Campos Ribeiro Costa, Lda	André Campos
	Mimata, Lda.	Joana Mieiro

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Hoje, mais do que nunca, o setor da joalharia afirma-se pela força do coletivo, encontrando nas sinergias novas oportunidades de crescimento e projeção.

A AORP pretende ser um motor destas novas dinâmicas, atuando como agente impulsionador e aglutinador de plataformas coletivas de promoção da joalharia portuguesa.

Neste relatório de atividades falamos de um setor que até há poucos anos estava quase totalmente focado no mercado interno e que ganhou hoje em dia projeção e reconhecimento em todo o mundo.

O potencial sempre esteve cá. Tínhamos um diamante em bruto nas mãos. Nas mãos dos nossos ourives, mestres da arte e da técnica que cravam em cada peça a tradição da nossa joalharia. Nas mãos dos novos criadores que desenham o futuro do setor e na visão dos empresários que nos acompanham nas nossas várias missões internacionais.

Percebemos que este era o momento de ouro da joalharia portuguesa e que era nossa missão impulsionar esta nova dinâmica setorial.

Com o importante apoio de fundos comunitários, usados de forma cuidada e rigorosa, continuámos em 2017 o trabalho de promoção internacional da joalharia portuguesa. Afirmámos de forma inequívoca a mensagem que queríamos transmitir com a campanha lançada em 2016: talento, credibilidade, ambição, reconhecimento internacional da joalharia portuguesa.

Com isso temos vindo a surpreender não só o mundo, como o nosso mundo. É nosso objetivo com os projetos desenvolvidos reforçar o orgulho no que é nosso e, com isso, promover uma lógica de partilha e união no setor da joalharia nacional.

Os projetos de 2017, relembramos de seguida, mas estes são só alguns da face mais visível de uma nova joalharia portuguesa, que se molda agora pela força do coletivo, sem fronteiras.

Com as melhores saudações,
Ana Freitas
Presidente de Direção

EQUIPA

FÁTIMA SANTOS

SECRETÁRIA GERAL
fatima.santos@aorp.pt

SÍLVIA RAMOS

DEP. FINANCEIRO E INTERNACIONALIZAÇÃO
ramos.silvia@aorp.pt

SÍLVIA SILVA

DEPARTAMENTO COMUNICAÇÃO E IMAGEM
silvia.silva@aorp.pt

CÉLIA SOUSA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
celia.sousa@aorp.pt

SOFIA RITO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
sofia.rito@aorp.pt

MAFALDA MORAIS

DEPARTAMENTO COMUNICAÇÃO E IMAGEM
mafalda.morais@aorp.pt

ANA COUTO PINTO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
geral@aorp.pt

SARA MONTEIRO

DEPARTAMENTO COMUNICAÇÃO E IMAGEM
sara.monteiro@aorp.pt

ATIVIDADES

Nas próximas páginas, destacamos os projetos mais relevantes que foram desenvolvidos pela AORP durante o ano, detalhando de uma forma sucinta os principais objetivos e resultados obtidos.

PORTUGUESE JEWELLERY - SHAPERS:
OS ROSTOS E AS HISTÓRIAS DE QUEM FAZ AS NOSSAS JOIAS

Com uma história secular, a joalharia portuguesa é uma herança de arte e talento, passada de geração em geração. Para homenagear os artesãos portugueses, a AORP lançou um projeto em que dá a conhecer os rostos e as histórias por detrás das joias portuguesas.
Mestres do ofício, os ourives portugueses continuam a preservar as técnicas artesanais e as ferramentas tradicionais. Mas nem só de passado se escreve a joalharia portuguesa. Nas oficinas fundem-se os conhecimentos de outrora com novos conceitos de design e novas tecnologias. Nas escolas, transfere-se o conhecimento e a arte, para passar o legado e rejuvenescer a tradição.
A iniciativa Portuguese Jewellery Shapers apresenta as histórias de sete artesãos portugueses, que, preservando a tradição, moldam o futuro da joalharia portuguesa. Do jovem José Elói, formado no CINDOR e que dá agora os primeiros passos na ourivesaria ao mestre Serafim Ferreira de Sousa que dedicou toda a sua vida à arte, são estes os retratos de um setor em renovação e crescimento.
Para a AORP, *"Esta é uma homenagem, mas também um manifesto de sensibilização para o valor intrínseco de cada joia portuguesa. Numa época em que se vive a pressão do mercado de consumo, queremos valorizar o trabalho dos nossos artesãos, a paixão com que moldam os metais, a minúcia com que executam cada técnica, a atenção que dedicam a cada detalhe. É isto que torna cada joia portuguesa única e autêntica".*
"Who made your jewels" ("Quem fez as suas joias") é o mote da iniciativa apresentada na Ourindústria 2017, uma verdadeira montra da arte e do talento da joalharia portuguesa, que decorreu no Pavilhão Multiusos de Gondomar.

PORTUGUESE JEWELLERY AROUND PORTO:
CELEBRAR A JOALHARIA PORTUGUESA

Nos dias 19, 20, 26 e 27 de maio, a joalharia portuguesa esteve em festa no Porto, com uma programação de eventos inéditos e inesperados, que convidavam a conhecer quem e onde se fazem as nossas joias.
A iniciativa Portuguese Jewellery Around Porto, dinamizada pela AORP, percorreu os principais endereços da joalharia portuguesa na cidade, promovendo eventos exclusivos, com diferentes conceitos e tipologias, para todos os gostos.
A ideia surgiu na sequência da nova edição do Porto Fashion Makers Map, um mapa alternativo da cidade, que apresenta sugestões ligadas à moda, cultura e lifestyle. A joalharia portuguesa associou-se a este guia, com um roteiro pelos principais ateliers e pontos de venda. Agora, o roteiro ganhou vida e convidou a conhecer de perto quem e onde se fazem as nossas joias.

"PORTUGUESE JEWELLERY RUNS GLOBAL" E "560 JEWELLERY: MADE (AND DESIGNED) IN PORTUGAL": *INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR DA JOALHARIA*

No início de 2008, a ourivesaria confrontava-se com um panorama económico incerto, fruto de um contexto em constante mudança atravessado por profundas mutações económicas, societárias e tecnológicas. Ocorreu um abrandamento em termos de atividade com um decréscimo no número de empresas e no volume de vendas devido a diversos fatores: grande dependência do setor face ao cenário de crise nacional; grande concorrência internacional, mudança de mentalidades sentida pela sociedade portuguesa; dificuldade sentida pela maioria das empresas em adaptar os seus produtos à moda atual, além da impossibilidade de alcançar novos mercados e novos patamares de excelência; fraco conhecimento e abertura internacionais; e dificuldade de cooperação inter-setorial.

Mas, este foi também o momento para a AORP, naquele momento ainda AIORN - Associação de Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte, de lançar uma muito inovadora visão estratégica para a ourivesaria. A passagem de associação regional para nacional e a saída de uma certa apatia perante a conjuntura, marcam um momento de transição importante.

A nova visão é a de um setor mais aberto, qualificado e internacional, de forma a potenciar a adaptação a um mundo cada vez mais interconectado e "plano". Esta estratégia que ainda não tem 10 anos está a dar os seus frutos, a ourivesaria está a sair de uma situação de imobilismo e isolamento na qual vivia no virar do século e a experimentar um movimento inexorável de evolução, abertura internacional e aproximação ao mainstreaming da moda. Há cada vez mais empresas com processos de internacionalização e um rácio de novas empresas a aumentar.

A internacionalização, no ano de 2017 foi já uma opção prioritária para as empresas de ourivesaria em Portugal.

Progressivamente, a ourivesaria de Portugal tem vindo assumir uma visão mais proativa perante a internacionalização. Arrancou para a nova dinâmica com o seguimento da balança comercial e o estudo de mercados internacionais, tendo sido os primeiros dados publicados em 2011. O ano 2012 foi alvo do lançamento da marca e campanha internacional da ourivesaria portuguesa Portuguese Jewellery Shaped with Love, desenvolvendo progressivamente uma presença regular no território europeu, principalmente Espanha (Feiras Madrid Joya e Bijutex em Madrid e Joya em Barcelona), França (Bijorhca de Paris), Alemanha (Feira Inhorgenta em Munique), Reino Unido (Feira International Jewellery London de Londres) e Polónia (Feira Jubinale de Cracóvia).

O objetivo é ir incluindo gradualmente mercados mais longínquos sempre numa lógica inicial de prospeção seguida pela promoção coletiva com a umbrella da Portuguese Jewellery.

Foi esse o trabalho desenvolvido desde 2015, ano do lançamento da primeira iniciativa conjunta para a internacionalização da ourivesaria em Portugal 2015-2016, o Portuguese Jewellery Runs Global. O programa supôs uma reviravolta fundamental para a ourivesaria. Englobou 21 ações, em 5 mercados tradicionais (Alemanha, Espanha, França, Polónia e Reino Unido) e 6 não tradicionais (Brasil, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, Hong Kong, Itália), o que desencadeou a participação em 8 Feiras internacionais (Inhorgenta, em Munique (Alemanha); Bijorhca, em Paris (França); JCK Las Vegas, em Las Vegas (Estados Unidos);

Jubinale, em Cracóvia (Polónia); Hong Kong Jewellery & Gem Fair (Hong Kong); International Jewellery London, em Londres (Reino Unido); MadridJoya, em Madrid (Espanha) e Vicenza Oro em Vicenza (Itália).
Os efeitos, para além dos números (que poderão ser consultados no site da AORP), foram:
- Para a fileira no seu conjunto: um melhor conhecimento do mercado global da ourivesaria; a exploração otimizada da marca coletiva internacional Portuguese Jewellery Shaped with Love, com efeitos a nível internacional, e também nacional; um progressivo reequilíbrio das contas do setor e das empresas; e um sentimento de movimento e competitividade mais generalizado;
- Para as empresas participantes: um incremento das exportações; a qualificação em marketing, comunicação e NTIC numa perspetiva internacional; uma maior propensão para a cultura de grupo e para a partilha, assim como o arranque de um processo intenso de aprendizagem (mercados, práticas empresariais, modelos de negócio,...).
A sensação relativa aos resultados de 2017 foi positiva, tornando-se patente em termos de adesão de empresas ao novo projeto conjunto, o 560 JEWELLERY: MADE (AND DESIGNED) IN PORTUGAL, do aumento das exportações e de exposição mediática.

Sobre o 560 Jewellery
O "560 Jewellery" é o projeto conjunto da ourivesaria em Portugal, liderado pela AORP. Com vigência entre 2017 e 2018 visa impulsionar o acesso de empresas e marcas ao mercado global e incitar o aumento das exportações nacionais.
Este projeto consta de um calendário de eventos de promoção que abrange os acontecimentos mais importantes da ourivesaria a nível mundial. Aberto à participação das empresas nacionais, nele cada uma cria o seu itinerário individual podendo tomar parte de um ou vários eventos.

PORTUGUESE JEWELLERY SERRALVES SPECIAL EDITION: *ARTE EM LINHAS MESTRAS*

A Fundação de Serralves e a AORP associaram-se para lançar uma coleção exclusiva e limitada de joalharia portuguesa inspirada no património arquitetónico de Serralves.
Bastião da arte contemporânea em Portugal, Serralves tem no seu património edificado dois ícones da arquitetura nacional. O Museu de Serralves, projetado por um dos mais notáveis arquitetos portugueses, Siza Vieira, tem no minimalismo da forma a função perfeita. Já a Casa de Serralves é uma das mais emblemáticas representações da Art Déco em Portugal.
A coleção Portuguese Jewellery Serralves Special Edition inspira-se nos traços, nas texturas e nos padrões do Museu e da Casa de Serralves, apresentando propostas heterogéneas que revelam o carácter distintivo de cada uma das marcas que integram o Projeto – Alcino, Bruno da Rocha, Eleuterio, Liliana Guerreiro, Luísa Rosas e Monseo.
Esta iniciativa é, acima de tudo, uma mostra da nova estética da joalharia portuguesa contemporânea e da forma como esta tem evoluído sem perder a autenticidade da tradição e das técnicas artesanais que a distinguem em todo o mundo.
De referir que tem uma forte vocação internacional, pretendendo ser um veículo

de valorização tanto da joalharia portuguesa como do património arquitetónico, cultural e artístico nacional."
A coleção Portuguese Jewellery Serralves Special Edition está à venda na Loja de Serralves e em pontos de venda selecionados a nível nacional e internacional.

SHOWCASE MODA PORTUGAL: GALERIAS PERROTIN, PARIS

A joalharia portuguesa brilhou em Paris, lado a lado com a moda e o calçado, numa iniciativa inédita de promoção conjunta do design nacional, promovida pelo CENIT – Centro Associativo de Inteligência Têxtil, em parceria com a AORP, ANIVEC/APIV, APICCAPS e Moda Lisboa.
Coincidindo com a Paris Men's Fashion Week, o Showcase Moda Portugal reuniu várias marcas nacionais que representam a nova linguagem da moda portuguesa, promovendo o contato não só com distribuidores e compradores internacionais, como também com o público final. O evento aconteceu nos dias 23 e 24 de junho, nas prestigiadas Galerias Perrotin.
Com curadoria da Moda Lisboa, quatro marcas de joalharia portuguesas estiveram representadas no evento, mostrando como o setor tem evoluído, sem perder a autenticidade e unicidade que a distinguem de outras indústrias no mundo inteiro.

ICONIC – JOALHARIA, MODA E LIFESTYLE

"What's your super-power?"
A questão em tom de desafio serviu de mote à primeira edição da ICONIC, evento de joalharia, moda e lifestyle, que decorreu no Convento do Beato, em Lisboa, de 7 a 9 de abril, organizada pela Exponor.
Sendo um evento direcionado para as novas tendências em joalharia, a AORP aproveitou a oportunidade para a apresentação pública da plataforma Portuguese Jewellery Newborn em Lisboa, dando a conhecer seis novos criadores nacionais.
Paralelamente, Fátima Santos, Secretária-geral da AORP, foi uma das oradoras do painel das "Fast Talks". Com o tema "O que é uma Girl Power na atualidade", a iniciativa deu a conhecer exemplos inspiradores de liderança no feminino.

PROGRAMA FORMAÇÃO-AÇÃO 2017/2018

A AORP iniciou em 2017 um importante programa de apoio direcionado para PMEs do setor da ourivesaria: programa Formação PME.
Sob coordenação da Associação Empresarial de Portugal, o Programa Formação PME é constituído por ações de consultoria e formação ajustadas a micro, pequenas e médias empresas, que oferecem uma solução à medida das necessidades de cada empresa.
O objetivo é promover o desenvolvimento de competências ao nível do "saber fazer", numa vertente assumidamente orientada para a obtenção de resultados, como comprova a experiência da AORP, que promoveu nos últimos anos iniciativas deste género em mais de 250 PME do Setor.
Nesta ação, a AORP vai dar apoio a 37 empresas, nas seguintes áreas temáticas:
- Organização e gestão: qualificar PME para reforçar a sua competitividade e capacidade de resposta no mercado global;

- Internacionalização: desenvolver e aplicar novos modelos empresariais e processos de qualificação das PME para a internacionalização;
- Economia Digital: inovar na área de marketing para reforço do posicionamento e notoriedade à escala global.

MINTY SQUARE X PORTUGUESE JEWELLERY NEWBORN: O ENDEREÇO DIGITAL DA NOVA JOALHARIA PORTUGUESA

A iniciativa Portuguese Jewellery Newborn, criada pela AORP para promover os novos talentos da joalharia portuguesa, tem agora um endereço digital, onde é possível conhecer e comprar o trabalho dos novos criadores nacionais. A plataforma portuguesa Minty Square lança a área dedicada ao sangue novo da joalharia nacional, numa colaboração exclusiva, disponível por tempo limitado.
Lançado no final de 2017, a iniciativa abrange catorze marcas de autor: Ana João, As 3 Joias, Carla Faro Barros, Dalila Gomes, Inês Rio, Joana Mota Capitão, Kathia Bucho, Manuale Jewelry, Mater Jewellery Tales, Mel Jewel, MMUTT, NUUK, Romeu Bettencourt, Sopro Jewellery.
Em comum partilham a herança e respeito pelas técnicas manuais da joalharia portuguesa. Divergem em propostas criativas heterogéneas, explorando diferentes linguagens, texturas e conjugações de materiais. Com uma forte vocação internacional, os criadores têm já provas dadas além-fronteiras, sendo que a presença na plataforma digital irá permitir reforçar a sua pegada internacional, alcançando novos mercados e novos públicos.
Para a AORP, *"A iniciativa Portuguese Jewellery Newborn pretende ser uma rampa de lançamento para novos criadores. Acreditamos que a Minty Square abrirá uma importante janela para o mundo, não só para a promoção destes jovens criadores, como da joalharia portuguesa em geral. O potencial das plataformas digitais na evolução do negócio da joalharia é imenso"*.
De acordo com João Figueiredo, Co-fundador e CEO da Minty Square, *"A parceria com a AORP está alinhada com os valores da Minty Square. A nossa missão é sensibilizar e educar o consumidor a valorizar peças nacionais de assinatura tanto em Portugal como pelo mundo. Através deste canal digital, estamos não só a criar novas oportunidades a estes talentos da joalharia nacional, como também a potenciá-los além-fronteiras"*.

EL CORTE INGLÉS X PORTUGUESE JEWELLERY

Numa parceria com a AORP, os armazéns de Lisboa criaram um espaço exclusivo de marcas nacionais que representam a nova geração da joalharia portuguesa.
Antecipando a época natalícia de 2017, o El Corte Inglés de Lisboa inaugurou um espaço dedicado à joalharia portuguesa, com uma seleção de dez marcas nacionais.
Este foi o primeiro ponto de venda com a chancela "Portuguese Jewellery Shaped With Love", criada pela AORP para promoção internacional da joalharia portuguesa.
Sendo um dos setores de maior tradição em Portugal, a joalharia portuguesa atravessa uma fase de renovação, com a aposta na criatividade e no design de autor.
O espaço pretende refletir o novo brilho das joias portuguesas, apresentando marcas contemporâneas e novos criadores, com conceitos criativos inovadores.
Entre as marcas selecionadas estão Carlton Jewellery, Filipe Fonseca, Iglezia, Joana Mota Capitão, Mimata, Portugal Jewels, Razza Joias, Rosarinho Cruz, Sara

Sousa Pinto e Sopro Jewellery.
As dez marcas juntam-se às já presentes no El Corte Inglés Coquine, Eleutério, Eugénio Campos, Inês Barbosa e Ouropa.
Para a AORP, *"a joalharia portuguesa está na moda. Desde sempre reconhecida pela exímia qualidade, acrescenta agora uma nova vertente criativa e de design de autor que a projeta para o futuro. Esta parceria com o El Corte Inglés é um marco importante nesta mudança, não só porque mostra como os pontos de venda estão atentos a esta tendência, como a materializa no mercado, criando a ponte com o consumidor"*.
Para o El Corte Inglés, esta aposta simboliza o seu permanente empenho na exibição de novas marcas, sobretudo nacionais, que reforcem a qualidade, originalidade e excelência da sua oferta. Neste sentido, o El Corte Inglés orgulha-se de ser o primeiro ponto de venda da nova chancela Portuguese Jewellery, colaborando, deste modo, na divulgação e comercialização dos produtos portugueses de excelência, como é o caso da joalharia, junto dos seus clientes, tanto nacionais como estrangeiros.
O espaço "Portuguese Jewellery Shaped With Love" localiza-se no Piso 0, na área dedicada a joalharia, e estará em vigor até 31 de agosto de 2018.

OURINDÚSTRIA - PAVILHÃO MULTIUSOS DE GONDOMAR

Gondomar é, por excelência, o berço da ourivesaria portuguesa. Conhecida como a cidade "Coração de Ouro", encerra o saber e talento de gerações dedicadas à arte.
A Ourindústria é o evento de referência da região, servindo de montra de um setor que, preservando as técnicas artesanais, tem evoluído para se adaptar às novas tendências do mercado.
O evento foi o palco escolhido pela AORP para lançar o projeto "Portuguese Jewellery – Shapers", iniciativa criada para valorização da arte e dos artesãos de ourivesaria portuguesa. Os rostos e as técnicas que estão na origem de cada peça de joalharia portuguesa e a tornam tão única e autêntica.
Outra das novidades foi o espaço "Portuguese Jewellery Newborn", também promovido pela AORP, para dar a conhecer novos talentos da joalharia portuguesa. Jovens criadores que herdam a tradição, mas a renovam com abordagens contemporâneas e inovadoras.

PORTOJÓIA - EXPONOR MATOSINHOS

AORP voltou a promover a plataforma Portuguese Jewellery Newborn no evento Portojoia, apresentando o trabalho de oito novos e promissores designers nacionais.
A maior feira nacional de joalharia abriu portas de 28 de setembro a 1 de outubro, na Exponor, para dar a conhecer as novas tendências do setor, desde as marcas mais consagradas aos novos designers.
Para além do espaço de exposição, a Portojoia 2017 voltou a apostar na zona de tendências, bem como nos prémios BEST OF - by Portojóia e Portojóia Design, que reconhecem as marcas e designers que se destacaram ao longo do ano.
A AORP associou-se novamente ao evento através de várias iniciativas, entre as quais a apresentação da plataforma Portuguese Jewellery Newborn, onde estiveram em exposição oito novos e promissores designers nacionais.
O objetivo é promover o talento nacional, incentivando a criatividade e o empreendedorismo destes jovens criadores.

GOVERNO DECRETOU ALTERAÇÕES AO REGIME JURÍDICO DA OURIVESARIA E CONTRASTARIA:

PUBLICADO O DECRETO-LEI N.º 120/2017 QUE ANUNCIOU AS ALTERAÇÕES AO RJOC, COM EFEITO A 1 DE NOVEMBRO DE 2017

Após intensas negociações com o Governo, a AORP e restantes associações do setor vêm grande parte das suas revindicações refletidas nas novas medidas, que visam fortalecer, simplificar e modernizar o setor da ourivesaria.

Para a AORP a grande diferença para o anterior RJOC, publicado em 2015, é o facto do Governo ter ouvido as associações que representam o setor e ter entendido as suas reais necessidades. As novas medidas têm como objetivo simplificar os processos e, dentro das limitações de um setor altamente regulamentado, aproximá-lo das dinâmicas modernas do mercado de consumo.

Em primeiro lugar, procede-se à simplificação do acesso à atividade, sendo que os operadores económicos passam a poder iniciar a sua atividade após a realização de uma mera comunicação prévia no Balcão do Empreendedor, acompanhado do pagamento das taxas respetivas. Neste seguimento, procede-se à eliminação da duplicação de pedidos de início de atividade nos casos das atividades industriais e de prestamistas.

Além disso, permite-se que na mera comunicação prévia por estabelecimento, agora concedida por tempo indeterminado, os operadores económicos indiquem as atividades principais e acessórias aí realizadas. Este procedimento pode ser precedido do pedido de aprovação da marca de responsabilidade, quando a mesma seja exigível.

Em segundo lugar, alargam-se as situações de marcação e ensaio facultativo, como sejam alguns artigos de artista, bem como matérias-primas destinadas ao fabrico de objetos (nomeadamente barras, chapas, folhas, lâminas, fios, bandas, tubos), exceto quando sejam diretamente comercializados ao público, em cujo caso devem conter as mesmas garantias que os restantes artigos com metais preciosos, a exemplo do que acontece noutros Estados Membros da União Europeia.

Estas faculdades de marcação e ensaio acompanham as anteriormente aprovadas para os artefactos de ourivesaria de interesse especial e para os artigos com metal precioso usados, desde que tenham comprovadamente mais de 50 anos. Quanto a estes últimos, caso o operador económico opte pela sua marcação, admitem-se toques aproximados com tolerância de 10 (por mil).

Em terceiro lugar, procedeu-se à simplificação e a uma generalizada liberação na forma de disponibilização dos artigos com metal precioso para venda, como seja, a disposição dos mesmos artigos nas montras e as comunicações às entidades oficiais, tendo-se igualmente uniformizado o limite máximo de pagamento em numerário em todas as transações comerciais. Permite-se ainda, substituir a tradicional informação ao consumidor em papel, pela disponibilização da mesma em formato eletrónico.

Em quarto lugar, elimina-se a obrigação de existência de um avaliador por cada estabelecimento, sendo substituído pela disponibilização ao consumidor de uma

lista de avaliadores para sua livre escolha.
Em quinto lugar, visa-se ainda permitir a exposição de artigos com metal precioso de forma ocasional e esporádica com regras simplificadas, definindo-se concretamente os seus direitos e deveres, e exigindo-se apenas uma simples comunicação que permita a fiscalização, designadamente em feiras, leilões, galerias e outros eventos.
Em sexto lugar, reforça-se a fiscalização com a presença da Imprensa Nacional Casa da Moeda, S. A., nessa tarefa, diminuindo-se o montante das coimas de forma a uniformizar com regimes semelhantes.
Por último, e em sede de regulamentação, elimina-se a taxa mínima por lote, bem como o regime bonificado associado.
Prevê-se ainda, em breve, a publicação da portaria relativa aos emolumentos, que irá rever o preço dos serviços prestados pela contrastaria e taxas.

CINDOR

O CINDOR – Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria foi criado na sequência de Protocolo assinado a 26 de dezembro de 1984 entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP) e a Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte (atual AORP), com o intuito de responder às necessidades permanentes de formação no setor da ourivesaria e relojoaria.
Ao longo destes anos, o CINDOR tem formado milhares de pessoas, incluindo muito dos atuais ourives em exercício de funções, alguns deles com uma carreira de destaque no panorama nacional e internacional.

Em 2017 manteve-se a aposta na maximização de toda uma nova dinâmica francamente conseguida em 2014. Para tal, foram seguidas as seguintes linhas orientadoras da atividade:

- Prestação de um serviço de qualidade ao nível da formação e do apoio fornecido às empresas
- Orientação para resultados, com cumprimento das metas físicas definidas em sede do Plano de Atividades
- Fomento das parcerias e das sinergias
- Aumento da notoriedade do CINDOR

O Plano de Atividades do centro para 2017 intentou responder às necessidades do setor em particular e da população em geral, de acordo com as orientações do IEFP, tendo sido desenvolvidas ações de formação nas seguintes modalidades:

· Formação modular certificada nas áreas de ourivesaria e joalharia, mas também em áreas complementares ao setor: comércio, marketing, línguas estrangeiras, gestão, informática, entre outras
· Educação e Formação de Adultos (nível básico e secundário)
· Sistema de Aprendizagem, nas áreas de Ourivesaria, Informática, Multimédia e Comercial
· Formação para a Inclusão – Programa de Formação em Competências Básicas
· Formação Modular não Financiada

O quadro seguinte permite observar a formação profissional efetuada em 2017:

TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	Formandos	Volume de Formação
1.1	*APRENDIZAGEM*	161	164.237
2.2	*EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS*	156	113.197
2.3	*FORMAÇÃO MODULAR*	3331	135.337
6.1	*FORMAÇÃO PARA A INSLUSÃO*	0	0
		71	2428
TOTAL		**3.719**	**415.199**

NOVA IMAGEM, NOVAS PERSPECTIVAS

A AORP entrou em 2017 com uma identidade renovada. O novo grafismo desenhou um efeito caleidoscópico inspirado nas formas lapidadas e nos prismas das pedras preciosas, representando a infinidade de oportunidades e perspetivas que se abrem à joalharia portuguesa.
Um crescimento que a AORP quer continuar a estimular e apoiar, contribuindo para a afirmação das joias portuguesas no mundo.

ASSOCIADOS

Associados em 31.12.2016 - 418
Demissões ao longo de 2017 - 58
Admissões em 2017 - 46
Associados no final do ano de 2017 - 406

CONTAS DE EXERCÍCIO

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na senda da trajetória percorrida nestes últimos anos, que conduziu à afirmação da AORP no campo do apoio aos interesses que lhe são próprios, através da participação em programas que potenciem o desenvolvimento e modernização da atividade que estatutariamente lhe compete, também no ano que estamos a apreciar foi elevado o envolvimento da Associação em ações que constituem oportunidades de crescimento dos negócios e aperfeiçoamento tecnológico do setor.

Os frutos mais apetecidos desta intensa mobilização são, naturalmente, a obtenção de objetivos de melhor aproveitamento da capacidade instalada em geral e de cada um dos participantes, que decorrerá do aumento das vendas e intensificação da atividade. Patamares estes que paulatinamente certamente serão alcançados pelos sucessivos incrementos esperados da desejada escalada da abertura de novos mercados e aperfeiçoamentos tecnológicos dos processos de fabrico. Mas outros benefícios mais imediatos são também assinaláveis, nomeadamente na sustentabilidade da Associação com o melhor aproveitamento de toda a sua estrutura.

Analisemos, então, mais perto, os efeitos sob o ponto de vista económico e financeiro da intensidade da participação nas ações que partilhamos com as entidades estatais competentes e os nosso associados.

A variação que ocorre na intensidade dos programas que em cada ano são lançados ou o grau de execução dos que transitam de períodos anteriores, determina a correspondente oscilação nos subsídios que são imputados a cada exercício e que se relacionam com a calendarização que é imposta em cada um deles. Assim, não surpreende a evolução verificada na rubrica dos subsídios que, relativamente ao ano anterior sofreu uma diminuição de cerca de 35%. Com toda a naturalidade, também nos custos incorridos na rubrica dos fornecimentos e serviços externos se verifica uma acentuada redução, o que sublinha a estreita relação deste tipo de gastos com e execução dos programas. Igualmente se salienta a redução dos outros rendimentos, que acolhe a faturação aos participantes dos custos que a cada um compete. Fica, portanto estabelecida a proporcionalidade dos fatores inerentes à execução desta tarefa a que a AORP se tem dedicado e que constituem os valores mais significativos do mapa da demonstração dos resultados por naturezas. Uma nota para os gastos com o pessoal, cuja evolução se justifica pela contratação de um técnico para assessorar a execução dos programas em substituição do out-sourcing que se afigura menos interessante. A explicitação mais pormenorizada dos rendimentos e gastos consta das demonstrações financeiras que se apresentam.

Também o balanço reflete as variações da intensidade da atividade desenvolvida e a correspondente imputação dos custos suportados aos participantes e ainda os fluxos financeiros que lhe são inerentes, nomeadamente os reembolsos a receber e a pagar às entidades intervenientes em toda a evolução dos programas em curso. São ilustrativas, nesta vertente, as evoluções no período relativamente ao exercício anterior, dos créditos a receber e os valores dos débitos a fornecedores. Também o quantitativo de outros ativos correntes exprime a irregularidade da receção dos subsídios que estão consignados e já devidos pela efetiva execução dos programas.

Uma nota final para a conclusão que decorre da análise dos fundos patrimoniais: tem evoluído positivamente na medida em que os sucessivos resultados o permitem e o seu montante representa já uma autonomia financeira superior a 40%. Embora de forma lenta, a situação líquida vai também sendo reforçada, conferindo maior capacidade para o correto cumprimento dos superiores objetivos que a todos nos movem.

O resultado apresenta-se positivo em 17 696,11 euros que se propõe que seja afetado a resultados transitados.

BALANÇO - ATIVO 31 de Dezembro de 2017	NOTAS	VALORES EM €	
ATIVO NÃO CORRENTE		**2017**	**2016**
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	*6*	*461.610,97*	*490.981,17*
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	*7*	*458,67*	*307,50*
		462.069,64	*491.288,67*
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS	*9*	*5.199,6*	*5.199,60*
CRÉDITOS A RECEBER	*15.1*	*366.842,57*	*164.678,22*
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	*15.5*	*4417,58*	*0,00*
DIFERIMENTOS	*15.2.1*	*105.396,22*	*150.498,12*
OUTROS ACTIVOS CORRENTES	*15.6*	*565.956,29*	*354.235,83*
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	*5*	*23.035,68*	*21.658,01*
		1.070.847,94	*696.209,78*
TOTAL DO ATIVO		**1.532.917,58**	**1.187.558,45**

BALANÇO - FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO 31 de Dezembro de 2017	NOTAS	VALORES EM €	
FUNDOS PATRIMONIAIS		**2017**	**2016**
FUNDOS	*15.8*	*99.759,58*	*99.759,58*
RESERVAS	*15.8*	*0,00*	*0,00*
RESULTADOS TRANSITADOS	*15.8*	*-163.523,38*	*-214.243,09*
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	*15.8*	*668.149,13*	*668.149,13*
		604.385,33	*553.665,62*
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	*15.8*	*17.696,11*	*50.719,71*
		622.081,44	*604.385,33*
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	**15.8**	**622.081,44**	**604.385,33**
PASSIVO CORRENTE:			
FORNECEDORES	*15.4*	*343.295,83*	*150.802,91*
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	*15.5*	*37.109,42*	*41.144,22*
FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/ MEMBROS	*15.7*	*37.750,00*	*37.750,00*
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	*8*	*142.801,51*	*65.000,00*
DIFERIMENTOS	*15.2.2*	*263.650,23*	*189.117,38*
OUTROS PASSIVOS CORRENTES	*15.3*	*86.229,15*	*99.358,61*
		910.836,14	*583.173,12*
TOTAL DO PASSIVO		**910.836,14**	**583.173,12**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		**1.532.917,58**	**1.187.558,45**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS 31 de Dezembro de 2017	NOTAS	VALORES EM €	
RUBRICAS - RENDIMENTOS E GASTOS		**2017**	**2016**
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	*17*	*120.676,8*	*70.677,94*
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	*12*	*387.543,42*	*589.196,93*
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	*18*	*-1.219.785,16*	*-1.527.696,93*
GASTOS COM O PESSOAL	*16*	*-184.412,82*	*-141.425,09*
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	*20*	*965.922,98*	*1.112.311,36*
OUTROS GASTOS E PERDAS	*19*	*-16.161,71*	*-15.855,13*
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		***53.783,51***	***87.209,13***
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	*6*	*-32.998,70*	*-32.645,38*
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		***20.784,81***	***54.563,75***
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	*8*	*-3.088,70*	*-3.844,04*
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		*17.696,11*	*50.719,71*
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	*14*	*0,00*	*0,00*
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		***17.696,11***	***50.719,71***

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 31 de Dezembro de 2017	NOTAS	VALORES EM €	
		2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RECEBIMENTOS DE CLIENTES		*-83.633,59*	*1.005.356,00*
PAGAMENTOS A FORNECEDORES		*-1.043.066,46*	*-1.712.689,81*
PAGAMENTOS AO PESSOAL		*-179.867,45*	*-136.227,50*
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		***-1.306.567,50***	***-843.561,31***
PAGAMENTO/RECEBIMENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO			
OUTROS RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS		*1.161.692,24*	*652.814,51*
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**-144.875,26**	**-190.746,80**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		*-9.061,5*	*-55.115,51*
ATIVOS INTANGÍVEIS			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		*-151,17*	*-7,50*
OUTROS ATIVOS			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
ATIVOS INTANGÍVEIS			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
OUTROS ACTIVOS		*80.752,79*	*103.581,61*
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO			
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES			
DIVIDENDOS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		**71.540,12**	**48.458,60**
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		*77.801,51*	
REALIZAÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO			
COBERTURA DE PREJUÍZOS			
DOAÇÕES			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS			*-77.548,05*
JUROS E GASTOS SIMILARES		*-3.088,70*	*-3.844,04*
DIVIDENDOS			
REDUÇÃO DE CAPITAL E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO			
OUTRAS OPÇÕES DE FINANCIAMENTO			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (3)		**74.712,81**	**-81.392,09**
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		**1.377,67**	**-223.680,29**
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		*21.658,01*	*245.338,30*
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		*23.035,68*	*21.658,01*

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES 31 de Dezembro de 2017	NOTAS	VALORES EM €	
		2017	2016
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	*17*	*120.676,8*	*70.677,94*
CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		*0,00*	*0,00*
RESULTADO BRUTO		**120.676,8**	**70. 677,94**
OUTROS RENDIMENTOS		*965.922,98*	*1.701.508,29*
GASTOS ADMINISTRATIVOS		*1.040.283,61*	*1.692.267,70*
GASTOS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / FORMAÇÃO		*0,00*	*130,00*
OUTROS GASTOS		*25.531,36*	*25.224,78*
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		**20.784,81**	**54.563,75**
GASTOS DE FINANCIAMENTO (LÍQUIDOS)	*8*	*-3.088,7*	*-3.844,04*
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**50.719,71**	**50.719,71**
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERIODO	*14*	*0,00*	*0,00*
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		**17.696,11**	**50.719,71**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO		NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE										
			FUNDOS	EXCEDÊNTES TÉCNICOS	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS (VALORES EM €)
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2015	**1**		*99.759,58*			*(220.220,11)*		*668.149,13*		*5.977,02*	*553.665,62*		*553.665,62*
PRIMEIRA ADOPÇÃO DE NOVO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO													
ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS											*0,00*		*0,00*
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS											*0,00*		*0,00*
REALIZAÇÃO DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS											*0,00*		*0,00*
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS E RESPECTIVAS VARIAÇÕES											*0,00*		*0,00*
AJUSTAMENTOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS											*0,00*		*0,00*
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NOS FUNDOS PATRIMONIAIS RENDIMENTO						*5.977,02*				*(5.977,02)*	*0,00*		*0,00*
	2			*0,00*	*0,00*		*0,00*		*0,00*	*50.719,71*	*0,00*	*0,00*	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**3**									*0,00*	*0,00*		*0,00*
RESULTADO INTEGRAL	**4=2+3**			*0,00*	*0,00*		*0,00*		*0,00*	*50.719,71*	*0,00*	*0,00*	*5.977,02*
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
FUNDOS													*0,00*
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS													*0,00*
DISTRIBUIÇÕES													*0,00*
OUTRAS OPERAÇÕES													*0,00*
	5		*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*
POSIÇÃO NO FIM DE 2015	**6=1+2+3+5**	*15.8*	*99.759,58*	*0,00*	*0,00*	*(214.243,09)*	*0,00*	*668.149,13*	*0,00*	*50.719,71*	*604.385,33*	*0,00*	*604.385,33*

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO		NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE										
			FUNDOS	EXCEDÊNTES TÉCNICOS	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS (VALORES EM €)
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2016	**6**	*15.8*	*99.759,58*	*0,00*	*0,00*	*(214.243,09)*	*0,00*	*668.149,13*	*0,00*	*50.719,71*	*604.385,33*	*0,00*	*604.385,33*
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
PRIMEIRA ADOPÇÃO DE NOVO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO											*0,00*		*0,00*
ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS											*0,00*		*0,00*
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS											*0,00*		*0,00*
REALIZAÇÃO DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS											*0,00*		*0,00*
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS E RESPECTIVAS VARIAÇÕES											*0,00*		*0,00*
AJUSTAMENTOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS											*0,00*		*0,00*
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NOS FUNDOS PATRIMONIAIS		*15.8*				*50.719,71*				*50.719,71*	*0,00*		*0,00*
	7	*15.8*		*0,00*	*0,00*	*(214.243,09)*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**8**									*17.696,11*	*17.696,11*		*17.696,11*
RESULTADO INTEGRAL	**9=7+8**		*99.759,58*			*(214.243,09)*		*668.149,13*		*17.696,11*		*0,00*	*622.081,44*
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
FUNDOS													*0,00*
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS													*0,00*
DISTRIBUIÇÕES													*0,00*
OUTRAS OPERAÇÕES													*0,00*
	10		*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*
POSIÇÃO NO FIM DE 2016	**1=6+7+8+1**	*15.8*	*99.759,58*	*0,00*	*0,00*	*163.523,38*	*0,00*	*668.149,13*	*0,00*	*17.696,11*	*622.081,44*	*0,00*	*622.081,44*

ANEXOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

01. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ASSOCIAÇÃO DE OURIVESARIA E RELOJOARIA DE PORTUGAL – AORP, é uma Associação Patronal, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Rodrigues de Freitas, 204, cidade do Porto, constituída em 29 de Junho de 1949 sob a designação de Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte de Portugal, tendo adotado a atual denominação em 30 de Julho de 2008, e tem como objetivos principais a defesa dos interesses dos seus associados e o desenvolvimento tecnológico do sector de ourivesaria.

02. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) previstos no Decreto-Lei nº 36-A/2001 de 9/3 e Portaria nº 220/2015, de 24/7.
O conjunto de normativos que integram o ESNL foi utilizado pela primeira vez em 2011 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.
Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 01 de Janeiro de 2010, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.
As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e com expressão dos respectivos montantes em euros.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO (ESNL) QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIO*R*

Os conteúdos das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis na sua totalidade com o período anterior.

03. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, quando aplicáveis. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal, deduzido de depreciações acumuladas.
O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.
Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.
Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	ANOS
Edifícios e outras construções	*10-50*
Equipamento básico	*5-10*
Equipamento administrativo	*5-10*
Outros	*7-10*

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.
Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade e a mesma se confirme, é registada a respectiva perda por imparidade.

3.3 IMPARIDADE DE ATIVOS

A Associação avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis".

3.4 LOCAÇÕES

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos" e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

3.5 INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável liquido, no caso de este ser inferior. É utilizado o "Custo médio" como método de custeio.
Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.6 CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

3.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.7.1 DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.
As perdas por imparidade são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.7.2 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.7.3 DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.7.4 PASSIVOS FINANCEIROS E INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

3.7.5 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem que sejam imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

3.8 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Associação divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.
As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.9 REGIME DE ACRÉSCIMO

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

3.10 RÉDITO

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços prestados no decurso normal da atividade da Associação (quotas e subsídios incluídos). O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais e quando todos os riscos e vantagens da propriedade foram transferidos para o adquirente dos bens ou com referência à fase de acabamento dos serviços prestados ou período a que se referem.
O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.11 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.
Os subsídios não reembolsáveis associados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados nos capitais próprios como outras variações nos fundos patrimoniais, e deverão ser transferidos numa base sistemática para a conta de Imputação de subsídios para investimentos à medida que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitam.

3.12 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor e tendo em conta a especificidade do objeto social da Associação e respetivo apuramento da matéria colectável.
Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.
Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor, ou já oficialmente comunicada à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.
Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.13 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão.
Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos resultados e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.
Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Associação, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.14 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materialmente relevantes, são divulgados no anexo.

3.15 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

a) Fluxos de caixa
A Associação classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

b) Principais fontes de incerteza
As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Associação no quadro do seu planeamento estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras associações do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.16 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Associação são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direcção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.
A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que tinham sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:
- Vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente edifícios;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;

3.17 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação.
Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo.

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não ocorram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

5. FLUXOS DE CAIXA

Decomposição dos valores inscritos nas rúbricas caixa e depósitos bancários em 31.12.2017 e 31.12.2016:

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	*1.907,78*	*1.972,49*
Depósitos à ordem	*21.127,90*	*19.685,52*
Depósitos a prazo	*0,00*	*0,00*
TOTAL	**23.035,68**	**21.658,01**

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

6.1 ATIVO FIXO TANGÍVEL

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	TERRENOS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CON-STRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANS-PORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRA-TIVO	OUTRAS IMO-BILIZAÇÕES	TOTAL
1 de Janeiro de 2017							
Custo de aquisição / reav-aliado	*36.159,21*	*1.549 204,11*	*105.053,29*	*272,47*	*204.955,91*	*33.412,75*	*1.929.057,74*
Depreciações acumuladas		*1 .35 541,72*	*89.093,29*	*272,47*	*203.882,56*	*9.286,53*	*1.438.076,57*
Valor líquido	**36.159,21**	**413.662,39**	**15 960.00**	**0**	**1.073,35**	**24.126,22**	**490.981,17**
31 de Dezembro de 2017							
Adições		*3.628,50*					*3.628,50*
Alienações							
Transferências e abates							
Depreciações - exercício		*31.035,67*	*1.680,00*		*123,78*	*159,25*	*32.998,70*
Depreciações - alienações							
Dep. transf. e abates							
Valor líquido	**36.159,21**	**386.255,22**	**14.280,00**	**0,00**	**949,57**	**23.966,96**	**461.610,97**
31 de Dezembro de 2017							
Custo de aquisição / reavaliado	*36.159,21*	*1.552.832,61*	*105.053,29*	*272,47*	*204.955,91*	*33.412,75*	*1.932.686,24*
Depreciações acumuladas		*1.166.577,39*	*90.773,29*	*272,47*	*204.006,34*	*9.445,78*	*1.471.075,27*
Valor líquido	**36.159,21**	**386.255,22**	**14.280,00**	**0**	**949 ,57**	**23.966,97**	**461.610,97**

No período não existem indícios de perdas de imparidade.
As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Depreciações do exercício" da demonstração dos resultados pela sua totalidade, tendo sido utlizado o método da linha reta.
A Associação dispõe dos seguintes bens do património histórico, artístico e cultural, valorizados ao preço de custo ou do custo reavaliado:
- Peças de museu em metais preciosos no valor de 23.204,12;
- Biblioteca no valor de 599,38.

6.2 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento integram o ativo tangível nas rubricas terrenos e edifícios e outras construções, de acordo com o modelo preceituado na Portaria nº 220/2015, de 24/7, e são constituídas por edifício cujos fins são a obtenção de rendas e/ou valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços, ou para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.
O modelo aplicado foi o custo reavaliado e o justo valor avaliado tendo em conta os valores correntes de mercado, com ponderação de parâmetros correlacionados com a qualidade e o grau de conservação da construção, acessibilidade, visibilidade, proximidade de centros urbanos, equipamentos sociais e disponibilidade de meios de transporte.
A Associação estima que o justo valor se situa entre os valores de 350.000,00 euros e os 400.000,00 euros. A depreciação foi aplicada pelo método da linha reta.

6.3 QUANTIA QUE SERIA RECONHECIDA NO BALANÇO SEM A REVALORIZAÇÃO

DESIGNAÇÃO	VALOR
Terrenos	*28.008,03*
Edifícios e Outras construções	*367.083,27*
Equipamento básico	*60.772,28*
Equipamento de transporte	*272,47*
Equipamento administrativo	*168.567,72*
Outros ativos	*29.688,79*

6.4 GASTOS DE DEPRECIAÇÃO

GASTOS	GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2017	2016
Gastos	*Propriedades de investimento*	*9.369,65*	*9.369,65*
Gastos	*Outros Ativos fixos tangíveis*	*23.629,05*	*23.275,73*
SALDO FINAL		*32.998,70*	*32.645,38*

No período, não foi efetuada qualquer revalorização dos ativos fixos ou propriedades de investimento.

7. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS

O detalhe dos investimentos, é como segue:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO	INVESTIMENTO EM SUBSIDIÁRIAS	INVESTIMENTO EM ASSOCIADAS	OUTROS INVESTIMENTOS	TOTAL
MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL:				
1. Quantia Bruta Escriturada Inicial				
2. Quantia Liquida Escriturada inicial (2 = 1)				
3. Movimentos no Período: (3 = 3.1)				
3.1 imputação de resultados				
4. Quantia Líquida Escriturada Final (4 = 2+3)				
OUTROS MÉTODOS				
5. Quantia Bruta Escriturada Inicial			307,50	307,50
6. Quantia Bruta Escriturada Inicial (6 = 5)			307,50	307,50
7. Movimentos no Período: (7 = 7.1)			151,17	151,17
7.1 Redução/Aumento			151,17	151,17
8. Quantia Líquida Escriturada Final (8 = 6+7)			458,67	458,67

8. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período e maturidade, bem como dos juros suportados, é como segue:

DESCRIÇÃO	CORRENTE (ATÉ 1 ANO)	MAIS DE 1 ANO	TOTAL	JUROS SUPORTADOS
Empréstimos Bancários	*142.801,51*		*142.801,51*	*3.088,70*
Locações Financeiras				
Letras Descontadas				
Empréstimo do I E F P				
Financiamentos obtidos	*142.801,51*		*142.801,51*	*3.088,70*

9. INVENTÁRIOS

9.1 QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DURANTE O PERÍODO

O custo dos inventários reconhecidos como gasto em 2017, foi nulo dado que não ocorreram vendas nem consumos de matérias primas:

	2017
	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Inventário inicial	*5.199,60*
Compras	*0,00*
Reclassificação e Regularização de Inventários	
Inventário Final	*5.199,60*
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**0,00t**

10. RÉDITO

RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO:

Réditos reconhecidos no período:

	2017	2016
Vendas	*0*	*0*
Prestação de Serviços		
Quotizações e Joias	*65.203,59*	*67.051,33*
Feiras e cedência de instalações	*1.020.454,90*	*1.006.432,72*
SUB TOTAL	***1.085.658,49***	***1.073.484,05***
Subsídios e Doações		
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	*387.543,42*	*589.196,93*
SUB TOTAL	***387.543,42***	***589.196,93***
TOTAL	**1.473.201,91**	**1.662.680,98**

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTIGENTES E ATIVOS CONTIGENTES

As políticas contabilísticas de reconhecimento de provisões estão explicitadas no ponto 3.8 do presente anexo. A Associação não reconheceu Provisões nem passivos nem ativos contingentes nas demonstrações financeiras e é reduzido o grau de previsibilidade e probabilidade de influxos ou exfluxos de recursos.

12. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS OBTIDOS

12.1 DO GOVERNO

A Associação reconheceu como proveito do período, ao justo valor, subsídios provenientes de Organismos estatais no montante de 387 543.42 euros para apoio aos programas que desenvolveu no âmbito do desenvolvimento das competência da indústria de ourivesaria e também para apoio à contratação, os quais foram afetados às seguinte rubricas:

	2017	2016
Programa Jewellery 560 M D P	*150.700,00*	*0,00*
Programa Global Shift	*156.021,84*	*283.676,08*
Programa Portugal Jewellery Runs	*0,00*	*183.848,89*
Programa AEP Formação PME 2020	*71.461,65*	*35.793,05*
Programa CCP Compete 2020	*0,00*	*80.722,62*
IEFP Apoios Contratação	**9.359,93**	**5.156,29**
TOTAL	**387.543,42**	**589.196,93**

Relativamente aos subsídios já reconhecidos mas ainda não recebidos, existem garantias razoáveis de que serão recebidos.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos materialmente relevantes após a data do balanço.
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção da Associação em 03 de Maio de 2018 para posterior apresentação à Assembleia Geral.

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Associação encontra-se abrangida pelo artigo 55º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, gozando da isenção do Imposto sobre o rendimento exceto no que respeita a rendimentos comerciais ou agrícolas e rendimentos de capitais. A actividade comercial exercida, não abrangida pela isenção, não gerou rendimentos sobre os quais devam ser pagos impostos sobre os rendimentos, pelo que não foi reconhecida qualquer quantia para este fim.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E FUNDOS PATRIMONIAIS

15.1 CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2017	2016
Clientes c/ gerais nacionais	*366.842,57*	*164.678,22*
Clientes c/ gerais comunitários		
Clientes c/ gerais outros países		
Clientes títulos a receber		
Clientes cobrança duvidosa	*0,00*	*37.729,10*
	366.842,57	*202.407,32*
Imparidade	*0,00*	*37.729,10*
Total Clientes	***366.842,57***	***164.678,22***

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Foi assumida a incobrabilidade definitiva dos créditos de cobrança duvidosa, tendo sido utilizada a imparidade oportunamente reconhecida, no montante de 37 729.10 euros, igual aos débitos desreconhecidos.

15.2 DIFERIMENTOS

15.2.1 ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, a Associação tem registado na rubrica de diferimentos activos, os seguintes saldos:

	2017	2016
Seguros	*601,40*	*608,02*
Outros	*104.794,82*	*149.890,10*
TOTAL	**105.396,22**	**150.498,12**

15.2.2 PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, a Associação tem registado na rubrica de diferimentos passivos, os seguintes saldos:

	2017	2016
Programa Global Shift	*33.095,54*	*189.117,38*
Programa AEP 2020	*107.254,69*	*0,00*
Programa 560 Jewellery	*123.300,00*	*0,00*
Total	**263.650,23**	**189.117,38**

15.3 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, a decomposição da rubrica de Outras passivos correntes, é como segue:

	2017	2016
Fornecedores de Imobilizado	*2.950,00*	*8.383,00*
Credores p/acréscimo de gastos	*24.904,92*	*20.359,55*
Credores diversos	*58 .374,23*	*70.616,06*
Total Outras Contas a Pagar	**86.229,15**	**99.358,61**

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15.4 FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, os saldos de fornecedores dizem respeito a:

	2017	2016
Fornecedores c/ gerais nacionais	*313.737,08*	*125.835,23*
Fornecedores comunitários	*28.497,80*	*22.148,78*
Fornecedores países terceiros	*1.060,95*	*2.818,90*
Total Fornecedores	**343.295,83**	**150.802,91**

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15.5 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, os saldos com o Estado são os seguintes:

	2017		2016	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
Imposto s/rendimento - IRC		*0,00*		*0,00*
Imposto s/rendimento - IRS		*2.153,25*		*1.552,76*
Imposto s/valor acresc. - IVA	*4.417,58*	*31.180,56*		*36.688,49*
Contrib. p/segurança social		*3.766,11*		*2.895,47*
Outros Impostos		*9,50*		*7,50*
TOTAL	***4.417,58***	**37.109,42**		**41.144,22**

15.6 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, os saldos relativos a outros devedores são os seguintes:

	2017	2016
Devedores por acresc.rendim.	*12.039,31*	*12.039,31*
Adiantamentos feiras	*24.125,56*	*25.270,00*
Projetos em curso	*503.197,04*	*305.662,92*
Outros devedores	*26.594,78*	*11.263,60*
TOTAL	**565.956,29**	**354.235,83**

15.7 FUNDADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

TOTAL	2017	2016
Projeto Gold Park	*37.750,00*	*37.750,00*

15.8 FUNDOS PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO FINAL
Fundos	*99.759,58*			*99.759,58*
Excedentes Técnicos				
Reservas:				
Reservas legais				
Outras Reservas				
Resultados transitados	*-214.243,09*		*50.719,71*	*-163.523,38*
Excedentes de revalorização	*668.149,13*			*668.149,13*
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Resultado líquido do período	*50.719,71*	*50.719,71*	*17.696,11*	*17.696,11*
TOTAL	**604.385,33**	**50.719,71**	**68.415,82**	**622.081,44**

16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados foram como segue:

	2017	2016
Remunerações		
Órgãos Sociais	*0,00*	*0,00*
Pessoal	*151.135,55*	*117.069,49*
Sub-total	**151.135,55**	**117.069,49**
Encargos Sociais		
Encargos sobre remunerações	*32.043,94*	*23.337,90*
Seguro acidentes de trabalho	*1.233,33*	*887,00*
Outros	*0,00*	*130,00*
Sub-total	**33.277,27**	**24.355,60**
TOTAL	**184.412,82**	**141.425,09**

Durante o ano de 2016, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 7, tendo sido de 5 em 2015.
Os órgãos sociais estão eleitos, em Assembleia Geral de 15 de Dezembro de 2015, para o triénio 2016/2018 e têm a seguinte composição: A Direcção é composta por cinco membros efectivos e três suplentes; a Mesa da Assembleia Geral é composta por três elementos; o Conselho Fiscal conta igualmente com três membros efetivos e o Conselho Geral é composto por nove elementos.

17. COMPRAS, VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

17.1 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O montante de vendas e serviços prestados reconhecidos na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2017	2016
VENDAS		
Mercado interno	*0,00*	*0,00*
Mercado comunitário		
Mercado extra-comunitário		
SUB-TOTAL	**0,00**	**0,00**
SERVIÇOS PRESTADOS		
Mercado interno	*120.676,80*	*70.677,94*
Mercado comunitário		
Mercado extra-comunitários		
SUB-TOTAL	**120.676,80**	**70.677,94**
TOTAL VENDAS E SERV. PRESTADOS	**120.676,80**	**70.677,94**

Para melhor rigor e transparência do conteúdo da informação, as imputações aos participantes no âmbito dos programas desenvolvidos, deixaram de ser consideradas serviços prestados, passando a integrar a rubrica “outros rendimentos”.

17.2 COMPRAS

No período não foram reconhecidas quaisquer compras de mercadorias e matérias primas.

18. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

	2017	2016
Trabalhos especializados	605.168,17	946.689,41
Publicidade	336.347,79	283.689,54
Vigilância e Segurança	2.056,05	1.167,55
Honorários	44.219,42	66.709,62
Conservação e reparação	9.455,68	2.472,10
Despesas bancárias	8.039,08	7.077,7
Ferramentas utensílios	1.472,26	1.171,28
Outros materiais	4.224,85	8.111,30
Electricidade	11.217,76	8.089,30
Combustíveis	397,20	532,30
Limpeza Higiene e conforto	510,16	518,03
Deslocações, estadias e transportes	173.689,21	155.830,14
Rendas e alugueres	1.540,04	20.839,38
Comunicações	11.937,64	14.486,82
Seguros	3.076,37	3.502,67
Despesas representação	197,00	0,00
Outros	936,53	2.097,26
Comissões	1.549,80	768,75
Contencioso e notariado	698,69	719,00
Água	829,31	1.335,83
Outros	2.222,15	1.688,82
TOTAL	**1.219.785,16**	**1.527.296,88**

19. OUTROS GASTOS

	2017	2016
Impostos	4.420,65	4.922,10
Correcções rel per anter	915,81	8.777,03
Quotizações	3.630,70	2.146,00
Donativos	0,00	10,00
Outros	7.194,55	0,00
Total	**16.161,71**	**15.855,13**

20. OUTROS RENDIMENTOS

	2017	2016
Rendas prediais	*80.752,79*	*103.581,61*
Correcções rel períodos anter	*750,00*	*5.675,45*
Imputação partic, programas	*884.420,19*	*1.002.806,11*
Outros	*0,00*	*248,19*
TOTAL	**965.922,98**	**1.112.311,36**

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 20º da Lei nº 110/2009, que aprovou o Código Contributivo, informa-se que a Associação tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social.
Nos termos do DL 537/80 de 7/11, informa-se que em 31 de Dezembro de 2017 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores.

22. CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS

22.1 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 a Associação não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

22.2 GARANTIAS

Não foram prestadas garantias bancárias.

23. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Não foram atribuídas aos órgãos sociais quaisquer remunerações no decorrer do ano 2017.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do disposto nos nossos Estatutos, procedeu este Conselho à análise do Relatório das Atividades Associativas e das Contas relativos ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezassete.
Feita a análise dos mesmos, constata-se que no referido exercício houve um resultado líquido positivo de 17.696,11 euros.

É com satisfação que continua a verificar-se que a estratégia escolhida na gestão da vida associativa, e implementada pelos atuais órgãos sociais, é a correta. Ano após ano, nestes últimos mandatos, a AORP apresenta notas de equilíbrio, que permite à associação continuar o seu percurso de dedicação ao setor da ourivesaria.

Entendemos que investimento em projetos que trazem benefícios claros para a ourivesaria, revelam-se apostas acertadas. Verificamos a execução de um plano de atividades de grande interesse que impulsiona o desenvolvimento de ações em benefício da ourivesaria, que muito nos apraz.

Não podemos deixar uma palavra de louvor neste parecer para a equipa interna da AORP, que com esforço e dedicação a que já nos habituaram, em 2017 continuaram a demonstrar brio e empenho no exercício do trabalho em prol da vida associativa, e por isso a eles lhes prestamos o nosso agradecimento.
Posto isto, o Conselho emite o parecer de que o Relatório e as Contas merecem a aprovação dos senhores associados.

Porto, 14 de Maio de 2018
O Conselho Fiscal

www.aorp.pt